

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.823.934 - DF (2019/0188923-3)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
RECORRENTE : ARCINDINO DE ALMEIDA
RECORRENTE : ELZA GUERREIRO CERVI
RECORRENTE : JOSE FERREIRA DOS REIS
RECORRENTE : LUIZ GONZAGA FELIPE SANTIAGO
RECORRENTE : MARIA MAGDALENA DE FARIA FERREIRA
RECORRENTE : SALOIR FELIZARDO CINTRA
RECORRENTE : VERA LUCIA TRISTAO CINTRA
ADVOGADO : JUCIARA HELENA CRISTINA DE SOUZA BARROS -
DF029778
RECORRIDO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : MARCOS CALDAS MARTINS CHAGAS - MG056526
RICARDO LOPES GODOY - MG077167

DECISÃO

Trata-se de recurso especial, apresentado por LUIZ GONZAGA FELIPE SANTIAGO e OUTROS, com fulcro no art. 105, inciso III, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de origem.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de LUIZ GONZAGA FELIPE SANTIAGO e OUTROS, a parte Recorrente não procedeu à juntada da procuração e/ou cadeia completa de substabelecimento conferindo poderes à Dra. Juciara Helena Cristina de Souza Barros, subscritora do recurso especial.

É firme o entendimento do STJ de que a ausência da cadeia completa de procurações impossibilita o conhecimento do recurso (Súmula n. 115/STJ).

Ainda, percebeu-se, no STJ, haver irregularidade na representação processual do recurso. A parte, embora regularmente intimada para sanar referido vício, ficou-se inerte. Dessa forma, o recurso não foi devida e oportunamente regularizado.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas

Superior Tribunal de Justiça

instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte recorrente, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente

